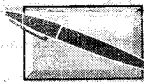


O que é preciso para criar a CPI



NUMERO DE ASSINATURAS NECESSÁRIAS

Para instalação da CPI mista (Câmara e Senado), são necessárias no mínimo 27 assinaturas no Senado e 171 na Câmara. No Senado, a oposição já conseguiu as 27 assinaturas no dia 17 passado. Na Câmara, ontem o número chegou a 172, uma além do necessário. Líderes de partidos governistas afirmam, porém, que ainda conseguirão convencer aliados a retirarem assinaturas a ponto de impedir a CPI



OBJETO DETERMINADO

Esse requerimento deve apresentar os fatos determinados a serem investigados, o número de membros e o seu prazo para funcionamento



PROCESSO DE INSTALAÇÃO

Colhidas as assinaturas, o requerimento é encaminhado ao presidente do Congresso, Jader Barbalho (PMDB-PA). Depois da leitura em plenário, os líderes do partidos indicam os membros da CPI



COMPOSIÇÃO DA CPI

Uma CPI mista é formada por 11 senadores e 11 deputados, com igual número de suplentes



PRAZO DE FUNCIONAMENTO

O prazo de funcionamento de uma CPI deste tipo é estipulado em 120 dias, podendo ser prorrogado



CPI SÓ NA CÂMARA OU NO SENADO

Caso a oposição só consiga recolher as assinaturas em uma das casas, pode-se propor uma CPI apenas na Câmara ou no Senado, será obrigatório refazer a ementa e buscar novamente as assinaturas

AS DIFICULDADES DA OPOSIÇÃO PARA INSTALAR A COMISSÃO

Mesmo havendo o número necessário de assinaturas para a criação da CPI mista, Jader e os governistas podem ainda lançar mão de expedientes para tentar atrasar sua criação. Basta que os líderes dos partidos da base governista não indiquem seus representantes nela. Nesse caso, pelo regimento caberá ao presidente do Senado fazê-lo. Mas este pode protelar as indicações. Como as CPIs só começam a funcionar quando a maioria dos seus membros estiver indicada, isso pode adiar indefinidamente sua instalação. Resta saber se Jader e os governistas estarão dispostos a arcar com o ônus político de uma atitude como essa.

Haveria ainda a possibilidade de os governistas tentarem barrar a instalação da CPI por outros meios. O então líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse há duas semanas que recorreria à Comissão de Constituição e Justiça para atestar que a CPI da Corrupção é inconstitucional. Arruda disse ter um parecer de juristas, encomendado pelo PSDB, que sustenta que a CPI fere a Constituição por ter "fato indeterminado, amplo e irrestrito".